



SINDISAÚDE -RS

FILIADO À CUT E FEESSEERS

João Guimarães, 41
Porto Alegre/ RS 90630-170

JORNAL Emergência

Impresso
Especial

3365/2005-DR/RS
SINDISAÚDE-RS

CORREIOS



Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do RS - Ano VII - nº 55 agosto/06

Nesta edição

PÁGINA 2

Atividades
Sindisaúde
em julho

PÁGINA 3

Reformas
na Colônia
de Férias

PÁGINA 4

Movimento
dos Hospitais
do Interior

PÁGINA 5

Problemas
nos laudos de
insalubridade

PÁGINA 6

Concurso
para
Pronto Socorro
de Canoas

PÁGINA 7

Folha de
Pagamento
e os Bancos



Campanha Salarial 2006: Iniciam as negociações com os hospitais filantrópicos

Agora é a vez dos hospitais filantrópicos

Trabalhadores dos hospitais Alvorada, Padre Jeremias e Instituto de Cardiologia iniciaram mobilizações para reajustar os salários e obter melhorias nas condições de trabalho

Os trabalhadores do Instituto de Cardiologia, Padre Jeremias e Hospital Alvorada iniciaram a mobilização para garantir a reposição das perdas. A Campanha iniciou com a realização de assembleias por hospital, nos dias 8, 9 e 10 e depois com uma assembleia geral, com todos os trabalhadores, no dia 15

de agosto, para aprovar a proposta de acordo coletivo a ser discutida com a direção do IC.

Os trabalhadores querem garantir a valorização profissional com a recuperação das perdas. Outros pontos a serem discutidos são as relações de trabalho e a equiparação salarial en-

tre os três hospitais.

No ano passado, depois de muitas mobilizações, passeatas e assembleias a categoria conseguiu um acordo que repôs as perdas de dois anos sem aumento. Calculadas em 13,10% eles obtiveram o reajuste salarial parcelado em quatro vezes (5% em setembro/2005;

3% em março/2006; 3% em setembro/2006 e 2,10% em março/2007).

Infelizmente neste último acordo somente o reajuste foi cumprido. A promessa de fechamento de acordo das cláusulas sociais e condições de trabalho não foi cumprida por orientação do departamento jurídico do Instituto.

MOBILIZAÇÃO TOTAL, REPOSIÇÃO INTEGRAL, IGUALDADE PARA TODOS

Participe: Acompanhe as atividades que a diretoria do Sindicato participa e fique sabendo onde o Sindisaúde-RS está atuando

Ações do Sindisaúde-RS em julho

DIA 3 - Campanha de Sindicalização Hospital Beneficência Portuguesa; Reunião de Planejamento; Reunião do Conselho Gestor Saúde do Trabalhador do GHC; Conselho Municipal de Saúde de Alvorada.

DIA 4 - Campanha de Sindicalização Hospital Beneficência Portuguesa; Reunião do Conselho Gestor do GHC; Reunião com a direção do Instituto de Cardiologia; Reunião do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador (FSST); Reunião com o Banco Santander; Assembléia em Lajeado.

DIA 5 - Campanha de Sindicalização Hospital Beneficência Portuguesa; Reunião do Coletivo de Saúde da CUT; Reunião do Núcleo da 1º Coordenadoria Regional de Saúde (CRS); Reunião da Comissão Sindical Consultiva na Delegacia Regional do Trabalho (DRT); Reunião Ordinária da 1º CRS; Mesa Estadual de Negociação do SUS.

DIA 6 - Campanha de Sindicalização Instituto de Cardiologia; Reunião com CNTSS/CUT; Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Saúde (CES); Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS); Assembléia com trabalhadores do hospital de Montenegro.

DIA 7 - Campanha de Sindicalização Instituto de Cardiologia; Reunião com Federação dos Empregados em Estabelecimentos e Serviços de Saúde do RS (Feessers) para discutir Cofen/Coren; Reunião no Conselho Municipal de Saúde de Montenegro (CMSM).

DIA 10 - Reunião de Planejamento; Reunião com Jurídico do Sindisaúde-RS; Conselho Municipal de Saúde de Canoas.

DIA 11 - Campanha de Sindicalização Hospital Conceição; Reunião ampliada da Coordenação dos Movimentos Sociais; Panfleteação em Montenegro; Reunião com direção do Hospital Montenegro; Reunião do CES; Reunião do FSST; Reunião com o Serviço de Medicina Ocupacional do HCPA;

DIA 12 - Campanha de Sindicalização Hospital Conceição; Reunião da Coordenação do Conselho Gestor do GHC; Lançamento do projeto de novos setores de Emergência, Pronto Atendimento e Ambulatório do Hospital da Criança Conceição; Reunião com o Jurídico do Sindisaúde-RS; Palestra na Escola Laffayette; Reunião comissão eleitoral Sindisaúde-Lajeado

DIA 13 - Campanha de Sindicalização Hospital Conceição; Audiência na Câmara de Vereadores de Montenegro; reunião na Adurfgs.

DIA 14 - Reunião sobre a Contratualização dos Hospitais Filantrópicos; Assembléia em Montenegro; Reunião com o prefeito de Montenegro, direção e mantenedora do Hospital de Montenegro.

DIA 17 - Reunião de Planejamento da diretoria Sindicato; Reunião do Conselho Gestor em Saúde do Trabalhador; Reunião com a direção do HCPA; Conselho Municipal de Saúde de Alvorada.

DIA 18 - Campanha de Sindicalização no Hospital São Lucas da PUC; Curso de Formação para Dirigentes e Delegados Sindicais; Reunião no Conselho Estadual de Saúde; Reunião com Direção do Instituto de Cardiologia;

DIA 19 - Campanha de Sindicalização no Hospital São Lucas da PUC; Reunião da Secretaria de Mulheres da CUT; Reunião da Diretoria Executiva da FEESERS; Plenária do Núcleo da 1º CRS; Audiência Sindisaúde-RS X Hospital São Lourenço do Sul; Reunião para tratar da CCT/2006 da Associação dos Funcionários Municipais de POA; Reunião da Coordenação do Conselho Gestor do GHC; Reunião Ordinária da 1º CRS; Mesa Estadual de Negociação do SUS; Reunião Ordinária do Conselho Gestor do GHC.

DIA 20 - Campanha de Sindicalização no Hospital São Lucas da PUC; Reunião com a Direção do GHC; Plenária Ordinária do CMS, vistoria em obras na colônia de férias.

DIA 21 - Fórum Sul da Saúde; Primeiro Encontro Estadual dos Trabalhadores Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho; Posse da Diretoria da Federação dos Metalúrgicos.

DIA 22 - Fórum Sul da Saúde.

DIA 24 - Reunião de Planejamento; Reunião do mutirão de consultas do Conselho Municipal de Saúde.

DIA 25 - Campanha de Sindicalização no Hospital de Clínicas de

Porto Alegre; Reunião com Sindicato de Cruz Alta; Conselho Gestor reunião com a Direção do GHC; Reunião de reintegração na DRT; Reunião do FSST; Reunião com a Direção do Hospital Nossa Senhora das Graças de Canoas.

DIA 26 - Campanha de Sindicalização no Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Jornada Regional de Saúde do Trabalhador; Reunião de Negociação em Osório; Reunião com direção do Hospital Presidente Vargas; Reunião com Vigilantes do GHC; Audiência contra a Santa Casa e o Sindiberf referente ao Interdito Proibitório.

DIA 27 - Campanha de Sindicalização no Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Jornada Regional de Saúde do Trabalhador, Reunião na Ecco Salva; Reunião com APLER; Assembléia Geral Extraordinária com os Trabalhadores do Hospital Nossa Senhora do Livramento de Guaíba.

DIA 28 - Reunião da Coord. dos Movimentos Sociais da CUT; Reunião com os Delegados Sindicais dos Hospitais de Alvorada, Cachoeirinha e Instituto de Cardiologia; Reunião na Prefeitura Municipal de Viamão. Posse da nova diretoria do Sindicato da Saúde de Pelotas.

DIA 31 - Reunião do Conselho Sindical; Conselho Gestor Saúde do Trabalhador; Reunião com Dentistas da Clínica.

ATENÇÃO SÓCIO

Atualize seu endereço pelo fone: 3330-5511 (secretaria) ou pelo e-mail secretaria@sindisaude.org.br



Gestão 2004/2007

Presidente: João Roberto Menezes - **Vice-Presidente:** Maria Geneci Macedo da Silveira - **Secretário-Geral:** Danilo Toio Farias **Tesoureiro:** Marco Antonio Plá - **Diretor Jurídico e de Formação Sindical:** Gilnei Rachinhas Borges - **Diretora de Imprensa e Divulgação:** Heliège Wivianne de Azeredo Missel De Nardi - **Diretor de Cultura, Esporte, Lazer e Saúde do Trabalhador:** Joeslito Adriano Ferreira - **Diretor de Patrimônio e Assuntos do Interior:** Albino Ferreira da Silva - **Suplentes da Diretoria:** Alair Rosinete da Silva, Julio Cesar Duarte, Carlos Eduardo Silveira Gomes, Vander Luis Nascimento Charmes, Maria Lúcia Schäffer, Genilda Gomes de Souza - **Conselho Fiscal:** Ricardo Souza Martins (1º Conselheiro), Edson Clatino de Souza (2º Conselheiro), José Ricardo Paz Neves (3º Conselheiro) - **Suplentes:** José Antonio Luiz de Mello (1º Conselheiro), Julio Cesar Jesien (2º Conselheiro), Maristela Bernadete de Moura (3º Conselheiro) - **Delegados junto à Federação:** Rosa Anacleto Soares Vaz Carvalho (1º), Gilmar França (2º) - **Suplente:** Emerson Cordeiro Pacheco

Esta publicação é de responsabilidade do Sindisaúde-RS - Rua João Guimarães 37 e 41 - Santa Cecília - Porto Alegre/RS - CEP 90630-170 - (51)3330.5511 - 3330.5503 - Clínica: Rua Vicente da Fontoura, 2222 - (51) 3333.1916 - www.sindisaude.org.br - direcao@sindisaude.org.br - **CNPJ:** 92962745/0001-50

Edição, redação e fotos: Luis Henrique Silveira DRT/RS 7998 - jornal@sindisaude.org.br - **Projeto gráfico e diagramação:** Marcelo Souza - Engenho Comunicação e Arte Ltda - (51)3217.2493 - **Impressão:** VT Propaganda e Mídia - **Tiragem:** 10 mil exemplares

Campanha de Sindicalização 2006: Sindicato está percorrendo todos os hospitais da região

Sindicato amplia número de sócios

A Campanha de Sindicalização iniciou no mês de julho e vai até o final do ano. Em menos de um mês, mais de 400 trabalhadores já se sindicalizaram. Do início da gestão Unir, Lutar e Avançar até agora o número de sócios do sindicato está crescendo. O número de sócios aumentou 50% de novembro de 2004

até julho de 2006.

Com o slogan “O Sindicato é o melhor remédio”, os diretores do Sindisaúde-RS estão convidando os trabalhadores para se filiarem ao Sindicato e desta forma fortalecer a entidade e as lutas por melhores condições de trabalho. Todos os hospitais de Porto Alegre serão visitados até o fi-

nal do ano.

Para se sindicalizar o trabalhador precisa preencher uma ficha e os seguintes documentos:

- Duas fotos 2x2 ou 3x4
- Carteira de Identidade
- CPF
- Mensalidade R\$ 10,00

As mensalidades são descontadas em folha de pagamento

Formação e qualificação de dirigentes

O Sindisaúde-RS está realizando pela segunda vez o curso de formação para dirigentes e delegados sindicais. Este ano o tema é “Capacitação em solução de conflitos de interesse para gestão e ação coletiva” e tem por objetivo dar uma visão teórica, política e sociológica das estratégias de gestão de recursos humanos usadas pelos empresários.

Estes conhecimentos são necessários para dar conta das complexas demandas do atual mundo do trabalho. Hoje as lideranças sindicais precisam de uma capacitação que ultrapasse a visão histórica das lutas dos trabalhadores e as teorias sociológicas e políticas que buscam a compreensão das relações entre capital e trabalho.

Ministrado pelo professor Marco Antonio Pires de Oliveira, as aulas foram expositivas, com a utilização



Foto: Ique Silveira

Curso prepara dirigentes para solução de conflitos

de audiovisual, filmes e músicas. Também serão realizadas oficinas práticas em que o conhecimento e as informações tratadas serão comparadas com a prática sindical.

O Curso será realizado em oito encontros de dois turnos, manhã e tarde, duas vezes por mês, com início em julho e término previsto na primeira quinzena de novembro.

PRÓXIMA TEMPORADA

Colônia de Férias passa por mais reformas

Foto: Ique Silveira



Prédio está em reforma desde julho

O Sindicato tem investido na melhoria das condições da Colônia de Férias, na praia de Oásis do Sul. Daqui a pouco já é verão e desde julho a Colônia está passando por mais uma reforma.

Agora foi a vez do prédio de tijolo a vista passar por uma geral. Além de trocar toda a instalação elétrica e colocar disjuntores individuais nos apartamentos e tomada nos quartos, este é o primeiro prédio que recebeu uma antena externa coletiva para melhorar a recepção dos sinais de TV aberta.

O prédio no próximo verão não poderá mais ser chamado de tijolo a vista, pois receberá reboco e será todo pintado por dentro e por fora. As instalações hidráulicas e de esgoto que desciam pela parede externa, desaparecerão, pois serão encobertas.

Mas as reformas não param por aí, os prédios pequenos também receberão pintura nova.

CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS - CURTAS

Mundo do trabalho e gênero

A Feessers realiza o Seminário de Gênero Igualdade de Oportunidades no Mundo do Trabalho nos dias 24 e 25 de agosto. Este debate é fundamental na saúde, pois as mulheres representam cerca de 80% da categoria e enfrentam diariamente a opressão profissional.

O objetivo é traçar rumos e organizar as lutas para mudar esta situação. As condições de trabalho, salário, saúde do trabalhador qualificação profissional serão discutidas a partir da realidade e do ponto de vista das mulhe-

res trabalhadores. O Seminário ocorre na Igreja Santo Antônio, na rua Luiz de Camões, 35 em Porto Alegre.

Sindicato faz palestras

A diretoria do Sindicato tem palestrado em diversos cursos técnicos de enfermagem. Esclarecendo os alunos sobre o que é o Sindicato, qual a importância da representação dos trabalhadores junto aos sindicatos patronais, quem são os trabalhadores da saúde, questões jurídicas, econômicas e trabalhistas, controle social dos hospitais através dos Conselhos Municipais e Es-

tadual, estrutura da entidade e os serviços oferecidos para os sócios e não sócios do Sindisaúde-RS. Entre as escolas que convidaram o Sindicato estão: Laffayette, Senac e Cristo Redentor.

Atividades esportivas e Baile da Rainha

Vem aí as atividades esportivas dos Trabalhadores da Saúde, no dia 25/11. Prepare suas equipes de vôlei e futsal (masculino e feminino). Como é de costume também haverá o Baile de escola da Rainha dos Hospitais, no dia 8/12, no clube Navegantes São João.

Cuidado com as advertências

Em caso de você sofrer uma advertência por escrito e não concordar, faça o seguinte: Assine em duas vias e escreva abaixo da assinatura o motivo da discordância e exija a segunda via. É seu direito ficar com uma cópia.

Mudança de horário da médica do trabalho

A médica do trabalho do Sindisaúde-RS, Clarissa Bassin, que atende na clínica da Vicente da Fontoura 2222, está com novo horário de atendimento. Nas quartas e nas quintas das 8 às 12h.

Continua a Campanha Salarial 2006: Depois de muitas mobilizações, os trabalhadores decidiram

Situação dos trabalhadores de Cruz Alta continua ruim

Os trabalhadores dos hospitais de Cruz Alta ficaram sem ter como comemorar o Dia dos Pais, pois não receberam os salários. Para resolver a situação dos atrasos salariais nos três hospitais da Cidade os trabalhadores decidiram em assembléia no dia 10 de agosto, na Igreja Catedral, partir para mobilização e exigir a regularização do pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente e o pagamento de todo o atrasado. A próxima assembléia será no dia 31 de agosto.

Fórum Municipal de Saúde - No mesmo dia 10 foi criado, numa reunião à tarde no mesmo local, o Fórum Municipal de Saúde de Cruz Alta com a presença de vários sindicatos, associações de moradores e pastorais. No Fórum serão debatidos temas como a agenda da saúde. Será um espaço de debate no qual serão tirados temas e metas.

Um exemplo de como a Saúde de Cruz Alta não é levado a sério, tem um hospital que não tem médico plantonista para atender emergência no hospital e na UTI e esta com o telefone que só recebe ligações. Imaginem se tiver que chamar um médico

com urgência o que irá acontecer?

Trabalhadores estão há meses sem receber salários

O hospital Santa Lucia deve aos funcionários o salários do mês de julho/2006 e as reposições salariais dos Dissídios de 2004 (5.60%), 6.61% de 2005 e 3.34% de 2006. Está demitindo os trabalhadores e também não paga as rescisões.

O Hospital Nossa Senhora de Fátima deve aos funcionários 35% dos salários de novembro/2005, e 100% dos salários dos meses de março, abril, maio, junho e julho /2006.



Foto: Heliege De Nardi

Reunião que formou o Fórum Municipal de Saúde em 10 de agosto

Também não cumprem as ações judiciais e os Dissídios de 2004, 2005.

O Hospital São Vicente de Paulo (Filantrópico) ainda deve aos funcionários: Parte do salário de setembro, outubro e dezembro /2005 e parte do salário de janeiro e 100% dos salários dos meses de maio, junho e julho/2006

Além de não pagar os salários os hospitais também não negociam com o sindicato da categoria desde 2004, não cumprem as ações judiciais e não pa-

gam as rescisões contratuais. Praticam apropriação indébita, pois descontam o INSS dos trabalhadores, não depositam e não recolhem o FGTS. Firmaram Termo de Ajuste de Conduta(TAC) com o Ministério Público do Trabalho, mas não estão cumprindo.

Têm uma Ação Civil Pública julgada, mais ainda não foi executada. E Cruz alta ainda tem um candidato a deputado estadual que diz que a saúde tem nome. Com certeza não é o dele.

Sindicato ajuíza ações contra hospital Livramento

No dia 27 de julho, os trabalhadores se reuniram em Assembléia Geral para discutir as péssimas relações, as ações judiciais e as representações no Ministério Público do Trabalho que o Sindicato encaminhou.

Os trabalhadores organizaram um abaixo assinado para a retirada do Banco Santander do depósito da folha dos trabalhadores, por causa das cobranças de taxas e dos juros altos. O salário

registrado no contra-cheque demonstra que os valores pagos estão abaixo do Piso Mínimo Regional.

O Sindisaúde-RS já possui um processo contra o hospital, tramitando na vara do trabalho em Guaíba, referente ao FGTS, diferenças salariais decorrentes do dissídio coletivo de 1992, indenização por gastos com uniformes, diferenças do adicional por tempo de serviço, multa por atraso no pagamento dos

salários, multa por descumprimento do dissídio coletivo, diferenças do adicional de insalubridade, diferenças do adicional noturno que estão aguardando julgamento em Brasília.

Além destas, o hospital está aplicando ilegalmente a jornada de trabalho de 12 x 36 horas com plantões de 12 horas e utilizando Banco de Horas (compensação de horas), medidas que só são possíveis de serem realizadas

mediante acordo coletivo. O que não é o caso do hospital Livramento.

A administração do Hospital também incorreu em injúrias e mentiras no processo de Interdito Proibitório encaminhado à Justiça para impedir manifestações do Sindicato e dos trabalhadores. Até o dia da assembléia o Hospital devia 100% do salário de setembro de 2005 e 30% do salário de abril de 2006.

Beneficência assina convênio

O resultado positivo dos 32 dias de Greve dos funcionários do Hospital Beneficência Portuguesa ocorreu no dia 5 de julho. O prefeito de Porto Alegre José Fogaça e a direção do Hospital Beneficência Portuguesa assinaram o convênio que formalizou a prestação de serviços da instituição ao Município por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Na mesma ocasião, o Hospital também firmou uma operação de crédito de R\$ 1 milhão com a direção do Banrisul para viabilizar o funcionamento da instituição de saúde.

Além de conquistar os atrasados, a mobilização, que ocorreu nos meses de maio e junho, também garantiu o funcionamento da instituição e a certeza dos trabalhadores receberem salários no final de todos os meses.

12 meses - O convênio com a Prefeitura terá 12 meses de duração e prevê o repasse de R\$ 8,2 milhões ao longo do período, e a ampliação do atendimento nas áreas de média complexidade, como neurologia, ortopedia e cirurgia geral. Além da ampliação em 50 leitos, somados aos 147 existentes atualmente, o acordo garante a criação do serviço de psiquiatria no hospital, para o qual serão disponibilizados inicialmente 16 destes leitos.

O acompanhamento do convênio será feito por uma comissão formada por dois representantes do hospital, dois da Secretaria da Saúde e dois do Conselho Municipal de Saúde. O grupo irá acompanhar a execução do acordo, principalmente no que se refere a custos, cumprimento das metas estabelecidas no plano operativo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários.

Atraso no salários dos trabalhadores de Montenegro pode desencadear greve no hospital da cidade

Montenegro em estado de alerta

Os trabalhadores do Hospital Montenegro receberam o resto do salário de maio e mais o salário de junho, devido a união e a disposição de luta. Em Assembléia realizada dia 14 de Julho, no Sindicato dos Metalúrgicos, eles decidiram continuar em Estado de Greve, porque ainda tem problemas para receberem férias, falta funcionário, recolhimento dos encargos (INSS e FGTS) e também estão sem reajuste.



Foto: Ique Silveira

Trabalhadores realizaram assembléia e decidiram por ficar alerta

Compareceram cerca de 80 pessoas, entre sindicalistas, trabalhadores da saúde e membros da comunidade.

O presidente da Federação dos Empregados em Serviços de Saúde do Rio Grande do Sul (Feessers), Milton Francisco Kempfer, conduziu a reunião, que iniciou com uma avaliação das atividades realizadas desde a última assembléia, no dia 6 de julho.

Em seguida, Kempfer leu e explicou um Termo de Compromisso confeccionado na tarde do dia 13,

entre o Hospital e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde de Montenegro (Sindisaúde). Porém, após discussões, os funcionários decidiram que o Sindicato não deveria assinar o documento que, entre outras questões, determinava que os salários deveriam ser pagos no máximo até dois dias após a entrada de recursos na entidade, e que em 15 dias deveria ser fornecida relação de funcionários e o valor de férias vencidas. “Esse ter-

mo era apenas mais um instrumento de cobrança, mas não garantia nada”, afirmou Kempfer.

Com o pagamento da folha na tarde de sexta, os funcionários do HM optaram por continuar em estado de greve, como forma de pressionar e manter a mobilização que, segundo os sindicalistas, garantiu o recebimento dos salários atrasados.

Trabalhadores podem paralisar

No dia 11 de agosto, os trabalhadores reunidos em

assembléia, aprovaram que paralisarão as atividades se até o quinto dia útil de setembro (dia 8) os salários não forem pagos.

A assembléia também rejeitou a proposta patronal de Acordo Coletivo de Trabalho, porque retirava cláusulas sociais já conquistadas em acordos passados e porque não concordaram com a equiparação do salário entre técnico e auxiliar.

Por Amanda Fetzner
(Jornal Ibiá 15/7/2006)

GHC é um dos poucos hospitais que possuem em funcionamento um Conselho Gestor

Conselho Gestor visita emergência do GHC

O Conselho Gestor (CG) do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) realizou uma visita, no dia 19 de julho, nas emergências dos hospitais Conceição, Criança Conceição e Cristo Redentor. O grupo formado pelo coordenador do CG, Sérgio Luis Rosa Marques, a representante do Sindisaúde-RS e vice-coordenadora do CG, Alair Rosinete Simão, e os outros

membros, Darci e Marisa, encaminharam o resultado da visita para a direção do Grupo.

No dia 23 de agosto, as gerências deverão dar resposta ao CG em reunião com a direção do GHC

Até este prazo eles irão responder aos questionamentos encaminhados pelo Conselho Gestor e no próximo número do jornal informaremos quais

as providências tomadas.

O próximo passo do CG será continuar a fiscalização nos 13 postos comunitários e no hospital Fêmnia. O CG é uma instância dentro do GHC formada pela direção do hospital, trabalhadores, usuários, sindicatos e entidades desde a sua formação tem tido uma forte atuação, contribuindo e fiscalizando todas as ações do GHC.

Na mudança da Emergência Ginecológica o CG entrevistou para garantir que continuasse no hospital Conceição próximo ao Centro Obstétrico (CO) e não fosse transferida para o Fêmnia. Além das questões internas dos trabalhadores o CG também intervém para melhorar o atendimento encaminhando as reclamações dos pacientes e usuários.

Termina a II Caravana da Saúde

Com a visita ao município de Santa Maria, no período de 26 a 30 de junho, foi encerrada a II Caravana da Saúde, realizada pela Federação dos Empregados em Serviços de Saúde do Rio Grande do Sul (Feessers). O trabalho tinha como principal objetivo construir um diagnóstico da situação do SUS em oito municípios do Estado.

A Caravana também contribuiu para as mobilizações regionais e estadual dos trabalhadores da saúde e de outras entidades e movimentos que lutam pelo direito à saúde. Valorizou o profissional da saúde e apontou avanços e os resultados desde a realização da I Caravana da Saúde.

Entre os meses de abril e junho foram visitados municípios de sete regiões do Estado, escolhidos pelo número de habitantes, pelas condições de saúde dos trabalhadores, pela forma de gestão, pela organização social e a capacidade de mobilização. As questões estaduais giraram em torno de quatro eixos: o direito ao acesso, a situação dos trabalhadores da saúde, o financiamento do sistema público e o controle social.

A II Caravana fez um levantamento de dados através das pesquisas; diálogo com as organizações sociais, gestores e organizações que atuam com a saúde no município/região; debate na imprensa e audiências públicas. “Depois vamos voltar aos locais visitados para apresentar a sistematização e os resultados da caravana”, avaliou Milton Kempfer, presidente da Feessers.

Sindicato não concorda com os laudos de Insalubridade

Depois de reiteradas denúncias na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) o Sindisaúde-RS irá entrar com processos para garantir o grau máximo de insalubridade em diversas áreas dos hospitais.

No Grupo Hospitalar Conceição (GHC) o Sindisaúde-RS já obteve da direção o compromisso de contratar empresas para refazer os laudos e fornecer uma listagem com os percentuais que cada funcionário está recebendo.

Segundo avaliação da diretoria do Sindicato a maioria dos hospitais está diminuindo o percentual de 40% de insalubridade para 20% e as vezes até 10%, nas áreas de lavanderia, enfermagem, higienização, elétrica, manutenção

e laboratórios

Esta situação começou depois que foi editada a Norma Regulamentadora NR-9 que passou a exigir das empresas o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

Antigamente quem exigia e fazia os laudos de insalubridade era a DRT ou Ministério Público do Trabalho. “Neste sentido o laudo tinha uma certa idoneidade”, explicou o diretor do Sindisaúde-RS, Gilmar França.

Fim da terceirização no HPSC: Canoas terá concurso público em 2007 e 2008

Vitória da comunidade de Canoas e dos trabalhadores da Saúde

Apesar do prazo estendido até 2008, a justiça foi feita no caso de Canoas. Em audiência de conciliação realizada na manhã do dia 9 de agosto, na Justiça do Trabalho em Canoas, a Prefeitura, o Ministério Público do Trabalho, os Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde (Sindisaúde-RS), dos Médicos (Simers) e dos Enfermeiros (Sergs) firmaram acordo pelo qual o Município fará concurso público em outubro de 2007 e 2008 para os profissionais de saúde do Hospital de Pronto Socorro de Canoas. Os aprovados no concurso serão chamados até o prazo máximo de 31 de março de 2009, data limite para o término da terceirização.

O Termo de Conciliação Judicial foi homologado pela juíza da 1ª Vara do Trabalho de Canoas, Ceres Batista da Rosa Paiva. O texto condiciona a realização do concurso ao incremento do orçamento, para que a nomeação dos novos servidores não onere o Município acima do limite prudencial de 51% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

MPT - Conforme nota divulgada pelo Ministério Público do Trabalho, o acordo celebrado tem por objetivo compelir o Município de Canoas e o HPSC a realizar concurso público para admissão dos profissionais da saúde. A mesma nota destaca que a Prefeitura se comprometeu a deixar de terceirizar atividades ou serviços da administração pública, relativos à área de saúde.

Saúde de Canoas não pode ter cobertor curto.

O Hospital Nossa Senhora das Graças há anos vem prestando assistência à saúde da população de Canoas, já esteve fechado e ergueu-se novamente, não cabe agora descuidar e atrasar os recur-

sos públicos para o único hospital da cidade, pois o HPSC não presta os serviços que o Gracinha realiza.

Desde a inauguração do Pronto Socorro, coincidentemente, a Prefeitura tem sistematicamente atrasado o repasse de verbas, que garante a folha de pagamento do Gracinha. Neste sentido os trabalhadores da saúde estão sendo penalizados, bem como, a qualidade do atendimento e assistência à saúde da população.

Lembramos ao Prefeito que seu secretário de Saúde assumiu o compromisso com esta instituição e o Conselho Municipal de Saúde, no qual aprovou o convênio para repassar verbas ao HNSG.

Esperamos que o Prefeito desta rica cidade tenha a responsabilidade de garantir os recursos de forma planejada, para que não se torne o famoso cobertor curto: Quando protege a cabeça (Hospital de Pronto Socorro) destaca os pés (Hospital Nossa Senhora das Graças).

Se a Prefeitura repassar os recursos dentro dos prazos, com certeza não teremos atraso nos salários do Gracinha como vem acontecendo.



Foto: Ique Silveira

Manifestação dos trabalhadores em frente ao HPSC em janeiro/2006

Atraso no repasse da Prefeitura prejudica trabalhadores do Gracinha

Apesar da enorme propaganda da Prefeitura, a situação da saúde de Canoas não está bem. O Hospital Nossa Senhora das Graças, nos últimos dois meses tem pago os salários com até 20 dias de atraso. O Sindisaúde-RS procurou a direção do hospital para discutir esta e mais um conjunto de denúncias encaminhadas pelos trabalhadores.

Apesar da dívida de R\$ 42 milhões, o hospital tem conseguido garantir os salários, porém depende dos recursos repassados pelo Município para completar a folha de pagamento. O diretor administrativo, Luiz Costa, explicou que em função do atraso do repasse das verbas da Prefeitura os salários também estão atrasando.

Esta situação vem se agravando em consequência também do hospital de Pronto So-



Foto: Ique Silveira

Sindisaúde-RS se reúne com a administração do Hospital

corro Nelson Marchezan, inaugurado no início do ano.

A reunião que ocorreu no dia 25 de julho, também contou com a presença do gerente de Recursos Humanos, Luis Carlos Giroto, e da supervisora de RH, Teresinha Sodrê. Pelo Sindicato participou o presidente do Sindicato, João Menezes, a vice-diretora Maria Geneci e o diretor Gilnei Rachinhas.

Os outros assuntos abordados foram a falta de pessoal (sobrecarga) setor de Emergência; rescisões não feitas dentro dos

prazos legais; falta de depósito do FGTS dos trabalhadores; pedidos de demissão homologadas no Sindicato, mas sem previsão de pagamento das parcelas rescisórias; não emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho CAT; cobranças de taxas bancárias do HSBC e Assédio moral após o retorno do INSS.

Sobre estas questões a direção ficou de enviar uma resposta formal, embora tenha respondido a todos questionamentos.

Advogado defende que as instituições bancárias devem respeitar as regras do Código de Defesa do Consumidor

Decisão do Supremo afetará a **relação** dos bancos com os seus clientes

Em recente decisão proferida no início de junho, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da ação proposta pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF que objetivava a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo contido no Código do Consumidor que impunha a observância desse às atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e seguro.

O argumento utilizado pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF era o de que somente lei complementar, de hierarquia superior ao Código do Consumidor, poderia tratar sobre atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e seguro, conforme disposto no artigo 192 da Constituição Federal.

Contudo, segundo decidiu a maioria dos ministros do Supremo, o dispositivo da Constituição Federal acima referido diz respeito apenas à regulamentação da estrutura do sistema financeiro, não abrangendo os encargos e obrigações impostos pelo Código do Consumidor aos bancos e demais instituições financeiras.

“Na prática, a decisão do Supremo nada mais fez do que determinar que as instituições financeiras terão de respeitar as regras contidas no Código do Consumidor em todas as suas atividades, sejam aquelas que envolvam operações bancárias ou de serviços bancários”, salienta o advogado e professor titular de Direito Administrativo da Uniritter Paulo de Tarso Dresch da Silveira.

Assim, a partir de ago-

ra, com a decisão do Supremo todas as instituições financeiras, abrangendo também as de seguro, terão de respeitar nas relações com os seus correntistas e clientes uma série de garantias a esses asseguradas há mais de 15 anos no Código de Defesa do Consumidor.

Garantias para os clientes

Dentre essas garantias encontra-se a que proíbe a possibilidade da existência de cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas e abusivas e que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, como ocorre, por exemplo, quando uma disposição contratual se mostrar excessivamente onerosa ao consumidor.

Dessa forma, toda e qualquer cláusula contratual que gerar ônus excessivo ao consumidor poderá ser invalidada de ofício pelo próprio juiz quando do julgamento da ação, mesmo que o cliente não tenha, por desconhecimento, postulado a anulação dessa.

Exemplo mais claro dessa realidade poderá ocorrer na cobrança excessiva de tarifas bancárias, muitas

delas descompassadas com a tarefa desenvolvida pela instituição financeira, que acabam por gerar um expressivo ônus ao consumidor que as terão acrescidas a um saldo devedor que todos os meses não para de crescer em decorrência dos juros praticados.

Alteração de tarifas

a decisão da Corte Suprema do País terá que impedir que as instituições financeiras promovam a alteração unilateral, direta ou indiretamente, do preço praticado, sem que haja concordância do cliente com isso.

Tal realidade acaba por impedir a elevação, sem justa causa, do preço de determinadas tarifas bancárias, o que, com frequência, impunha ao consumidor a necessidade de aceitá-las sem qualquer questionamento.

A obrigação, mesmo que prevista no contrato, de que o cliente tenha de ressarcir ao banco os custos de cobrança de suas obrigações em atraso também fica agora taxativamente proibida.

O que ocorria com frequência é que uma vez em atraso, o cliente que resolvia acertar com o banco a sua dívida amigavelmente, com o objetivo de evitar uma ação judicial, era obrigado a pagar, além da dívida, todas as despesas que a instituição financeira tivesse com o objetivo de recuperação de seu valor, como por exemplo, com o envio de correspondências ou com a contratação de

um escritório de cobrança.

O fornecimento de toda a documentação que diga respeito ao cliente passa a ser obrigatória às instituições financeiras, sendo a recusa na entrega de uma via do contrato assinado suscetível de encaminhamento de representação ao Ministério Público.

As propagandas que envolvam, não apenas os serviços, mas também as operações bancárias, também deverão, conforme observa

A decisão do Supremo Tribunal Federal abrirá aos consumidores o questionamento da validade de taxas de juros excessivas e sem justificativa que eventualmente venham a ser praticadas pelas instituições financeiras

o Advogado e Professor Paulo de Tarso Dresch da Silveira, “ser um forte aliado dos consumidores, pois se essas não forem extremamente claras e de fácil compreensão a todos, principalmente aos clientes com poucas letras, a consequência será a da interpretação dessas em favor do consumidor e não do banco”.

Assim, propagandas que contenham, numa letra minúscula e quase ilegível, taxas de juros de difícil interpretação por parte do cliente e que impeçam a compreensão por esse do

que efetivamente está contratando, não poderão ser impostas ao consumidor.

A decisão do Supremo Tribunal Federal abrirá aos consumidores o questionamento da validade de taxas de juros excessivas e sem justificativa que eventualmente venham a ser praticadas pelas instituições financeiras, pois presente tal realidade se estará exigindo do cliente uma vantagem manifestamente excessiva.

Da mesma forma, as multas por atraso no pagamento de empréstimos bancários não poderão ser superiores a 2% (dois por cento), pois há clara previsão no Código de Defesa do Consumidor de que esse é o percentual máximo possível de ser cobrado nas relações de consumo às quais, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, as instituições financeiras estão sujeitas.

Mesmo tendo o julgamento da STF sido concluído após vários anos de seu início, não resta a menor dúvida de que o conteúdo da decisão tem aplicabilidade imediata, atingindo processos que já se encontram tramitando, tendo em vista a existência de cláusulas – que por serem nulas, podem ser reconhecidas de ofício pelo julgador, mesmo que esse argumento não tenha sido suscitado quando do ajuizamento da ação.

Paulo de Tarso Dresch da Silveira - OAB/RS - 25.844 - Publicado no Jornal O Sul do dia 17.6.2006

Fim da terceirização no HPSC: Canoas terá concurso público em 2007 e 2008

Polêmica na aplicação do Adicional de Risco de Vida

Ique Silveira

A aplicação da cláusula de risco de vida aprovada na última convenção coletiva gerou controvérsias em três hospitais. Os departamentos de Recursos Humanos alegaram que a interpretação da cláusula era outra e por isto não iriam pagar para todos trabalhadores, mas só para os que portam armas.

Esta postura gerou o início de uma mobilização do Sindisaúde-RS e dos trabalhadores do GHC que estavam prontos para garantir os direitos recém conquistados. No entanto, o Sindihospa enviou uma circular para todos os hospitais ratificando os termos da Convenção Coletiva. Agora vamos aguardar o final de agosto para ver se a Convenção Coletiva vai ser cumprida ou não.



Trabalhadores do GHC junto com o Sindisaúde-RS começaram a se organizar para garantir a conquista

Esta vitória é histórica para a categoria e em particular para os vigilantes. Há mais de 10 anos que os membros da atual direção do Sindisaúde-RS lutam por este direito nos hospitais, inclusive a inclusão dos vigilantes na base do Sindicato, contrariando a ex-presidente Mara Menegon que, posteriormente, assumiu esta luta e começou a reivindi-

car anualmente o risco de vida para os mesmos.

Vencidos pela insistência, o sindicato patronal (Sindihospa), neste ano, aceitou negociar o risco de vida, porém restringindo a cláusula ao máximo, para que um menor número de trabalhadores fosse abrangido. No entanto, através do convencimento conseguimos assegurar este direi-

to na mesa de negociação da campanha salarial 2006, não só aos que portam armas, mas para todos os habilitados a portarem armas.

Para surpresa da direção do Sindisaúde-RS vemos a direção da Ashclin, informar no jornal da entidade que esta conquista foi gerada por sua iniciativa a partir de uma reunião com

a Vice-Presidência Administrativa (VPA) do HCPA.

É muita pretensão, já não basta propagandear os interesses políticos partidários e sindicais do PSTU e do Conlutas. Contraditoriamente, o presidente da Ashclin votou contra a proposta, na Assembléia Geral do Sindisaúde-RS, que aprovou a Convenção Cole-

tiva de 2006 e, consequentemente, o risco de vida. Ainda na mesma matéria do jornal faz referência a convenção dos vigilantes e despreza os 10% conquistados pelos trabalhadores da saúde. Ainda bem que a maioria aprovou a Convenção, se dependesse do presidente da Ashclin esta conquista não estaria em vigor

Vamos lutar juntos

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) organiza a 11ª Marcha dos Sem. A manifestação, que ocorre dia 25 de agosto em Porto Alegre, mostrará à população e ao poder executivo as propostas que integram o documento "Um outro Rio Grande é possível e necessário". O documento, fruto do debate de estudantes e trabalhadores, é a

plataforma de ação para o desenvolvimento do RS, que amplia o universo das questões necessárias ao desenvolvimento político, econômico e social do Estado, na perspectiva dos trabalhadores.

Coordenação dos Movimentos Sociais/RS (CUT - Via Campesina - MTD - CMP - UNE - CONAM - CNBB - Pastoral Operária - MMM - UBM - Ubes - MNLN).

Concentração: Praça Princesa Isabel, próximo ao DMLU da Azenha, caminhada até o Palácio Piratini, em Porto Alegre.